

Fim da promessa de luz barata

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2014

INFRAESTRUTURA / Aneel autoriza distribuidora gaúcha a cobrar até 30% a mais nas contas. Neste ano, 10 companhias de eletricidade aumentaram as tarifas, afetando 30,3 milhões de unidades consumidoras em todo o país

Fim da promessa de luz barata

» ANTONIO TEMÓTEO

A promessa de redução do preço da conta de luz dos brasileiros, uma das principais apostas do governo para garantir a reeleição da presidente da República, Dilma Rousseff, foi sepultada. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou ontem o reajuste de tarifas de mais duas distribuidoras. A AES Sul e a Nova Palma, ambas localizadas no Rio Grande do Sul, se somam a outras oito companhias que terão o direito de cobrar mais caro pelo fornecimento do serviço. Com isso, 30,3 milhões de unidades consumidoras em todo o Brasil gastarão mais para ter equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos e máquinas industriais ligados à tomada.

A AES terá os maiores aumentos no Rio Grande do Sul, de 28,86% e 28,99%, para consumidores residenciais de baixa e de média tensão, respectivamente. Os de alta tensão terão a conta majorada em 30,29%. A decisão da agência reguladora terá impacto no preço da energia de 1,3 milhão de unidades consumidoras. A distribuidora Nova Palma, por sua vez, foi autorizada a reajustar as tarifas de 15 mil clientes em 27,18%, em média. A Aneel ainda estuda conceder aumentos para outras empresas, mas sofre forte pressão do Palácio do Planalto para

Pedro França/Esp. CB/D.A Press - 14/11/09



Torres de transmissão no DF: seca e erros do governo encareceram a energia

que esse processo ocorra somente depois das eleições.

Para especialista do setor, o governo errou ao editar, em 2012, medida provisória que mudou os parâmetros de revisão de contratos das companhias para, fantasiosamente, diminuir as tarifas cobradas. Para piorar a situação, com a estiagem prolongada desse ano, o custo da energia disparou. O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, avaliou que, ao anunciar para a sociedade que, graças à Medida Provisória 579 a conta de luz ficaria mais barata, deu um sinal econômico contraditório com a realidade do mercado, que era de encarecimento do custo da energia. “O instrumento se mostrou

cheio de erros, e uma sucessão de portarias e decretos foi editada, mas não foi suficiente para mitigar os problemas”, explicou.

Pressão

Sales ainda ressaltou que a falta de chuvas impôs tornou necessário o acionamento de usinas termelétricas, que geram energia com custo mais elevado. Ele comentou que os aumentos tarifários concedidos nas últimas semanas pela Aneel deveriam ser naturais, mas foram pressionados por esses fatores. “Esses reajustes não são suficientes para cobrir a totalidade dos desembolsos das distribuidoras para fazer frente ao acio-

namento termelétrico”, alertou.

Até o momento, os aportes já feitos pelo Tesouro na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) reduziram o rombo anual estimado para o fundo — usado na cobertura de gastos do setor e na indenização de concessionárias — de R\$ 5,6 bilhões para R\$ 1,67 bilhão. A conta, porém, pesará no bolso do consumidor. No total, o Tesouro já garantiu R\$ 13 bilhões à CDE para evitar impacto médio de 4,6% nas tarifas. No entanto, conforme o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já alertou, os recursos injetados não serão suficientes, e uma parte elevada da despesa com a compra de energia no mercado de curto prazo e com as usinas térmicas terá de ser cobrada dos clientes das distribuidoras.

Na avaliação do presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica, Alexei Macorin Vivan, a intenção do governo com a MP era boa, na medida em que reduzia encargos para as companhias. Entretanto, ele ressaltou que a falta de um amplo debate trouxe consequências financeiras para as empresas que não foram bem avaliadas pelo Executivo. “Além disso, o preço proposto para os leilões em que os distribuidores compram energia não foram atrativos. As empresas ficaram expostas. Um conjunto de fatores negativos, somado à estiagem, trouxe esse cenário para o setor”, completou.

» Fatura alta

Veja as empresas que já receberam autorização para aumentar a conta de luz

Usina Nova Palma: 15 mil unidades consumidoras em nove cidades do Rio Grande do Sul
» Residencial de baixa tensão: 22%
» Residencial de média tensão: 23,84%
» Indústrias: 35,7%

AES Sul: 1,3 milhão de unidades consumidoras em 118 municípios do Rio Grande do Sul
» Residencial de baixa tensão: 28,86%
» Residencial de média tensão: 28,99%
» Indústrias: 30,29%

Energisa: 685 mil unidades consumidoras em 63 cidades de Sergipe
» Residencial de baixa tensão: 11,83%
» Residencial de média tensão: 12,17%
» Indústrias: 11,31%

Coelba: 5,3 milhões de unidades consumidoras de 415 municípios da Bahia
» Residencial de baixa tensão: 14,82%
» Residencial de média tensão: 15%
» Indústrias: 16,04%

Cosern: 1,2 milhão de unidades consumidoras localizadas em 167 cidades do Rio Grande do Norte
» Residencial de baixa tensão: 11,01%
» Residencial de média tensão: 15,78%
» Indústrias: 11,40%

Coelce: 3,2 milhões unidades consumidoras localizadas em 184 municípios do Ceará
» Residencial de baixa tensão: 16,55%
» Residencial de média tensão: 17,02%
» Indústrias: 16,16%

Cemat: 2 milhões de unidades consumidoras localizadas em 141 cidades de Mato Grosso
» Residencial de baixa tensão: 11,16%
» Residencial de média tensão: 11,16%
» Indústrias: 13,42%

CPFL: 3,9 milhões de unidades consumidoras localizadas em 234 municípios de São Paulo
» Residencial de baixa tensão: 16,46%
» Residencial de média tensão: 17,97%
» Indústrias: 16,10%

Ampla: 5 milhões de unidades consumidoras localizadas em 66 cidades do Rio de Janeiro
» Residencial de baixa tensão: -0,74%
» Residencial de média tensão: 0,48%
» Indústrias: 8,11%

Cemig: 7,7 milhões de unidades consumidoras localizadas 805 municípios de Minas Gerais
» Residencial de baixa tensão: 14,24%
» Residencial de média tensão: 15,78%
» Indústrias: 12,41%

A promessa de redução do preço da conta de luz dos brasileiros, uma das principais apostas do governo para garantir a reeleição da presidente da República, Dilma Rousseff, foi sepultada. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou ontem o reajuste de tarifas de mais duas distribuidoras. A AES Sul e a Nova Palma, ambas localizadas no Rio Grande do Sul, se somam a outras oito companhias que terão o direito de cobrar mais caro pelo fornecimento do serviço. Com isso, 30,3 milhões de unidades consumidoras em todo o Brasil gastarão mais para ter equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos e máquinas industriais ligados à tomada.

A AES terá os maiores aumentos no Rio Grande do Sul, de 28,86% e 28,99%, para consumidores residenciais de baixa e de média tensão, respectivamente. Os de alta tensão terão a conta majorada em 30,29%. A decisão da agência reguladora terá impacto no preço da energia de 1,3 milhão de unidades consumidoras. A distribuidora Nova Palma, por sua vez, foi autorizada a reajustar as tarifas de 15 mil clientes em 27,18%, em média. A Aneel ainda estuda conceder aumentos para outras empresas, mas sofre forte pressão do Palácio do Planalto para que esse processo ocorra somente depois das eleições.

Para especialista do setor, o governo errou ao editar, em 2012, medida provisória que mudou os parâmetros de revisão de contratos das companhias para, fantasiosamente, diminuir as tarifas cobradas. Para piorara situação, com a estiagem prolongada desse ano, o custo da energia disparou. O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, avaliou que, ao anunciar para a sociedade que, graças à Medida Provisória 579 a conta de luz ficaria mais barata, deu um sinal econômico contraditório com a realidade do mercado, que era de encarecimento do custo da energia. "O instrumento se mostrou cheio de erros, e uma sucessão de portarias e decretos foi editada, mas não foi suficiente para mitigar os problemas", explicou.

Pressão

Sales ainda ressaltou que a falta de chuvas impôs tornou necessário o acionamento de usinas termelétricas, que geram energia com custo mais elevado. Ele comentou que os aumentos tarifários concedidos nas últimas semanas pela Aneel deveriam ser naturais, mas foram pressionados por esses fatores. "Esses reajustes não são suficientes para cobrir a totalidade dos desembolsos das distribuidoras para fazer frente ao acionamento termelétrico", alertou.

Até o momento, os aportes já feitos pelo Tesouro na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) reduziram o rombo anual estimado para o fundo - usado na cobertura de gastos do setor e na indenização de concessionárias — de R\$ 5,6 bilhões para R\$ 1,67 bilhão. A conta, porém, pesará no bolso do consumidor. No total, o Tesouro já garantiu R\$ 13 bilhões à CDE para evitar impacto médio de 4,6% nas tarifas. No entanto, conforme o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já alertou, os recursos injetados não serão suficientes, e uma parte elevada da despesa com a compra de energia no mercado de curto prazo e com as usinas térmicas terá de ser cobrada dos clientes das distribuidoras.

Na avaliação do presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica, Alexei Macorin Vivan, a intenção do governo com a MP era boa, na medida em que reduzia encargos para as companhias. Entretanto, ele ressaltou que a falta de um amplo debate trouxe consequências financeiras para as empresas que não foram bem avaliadas pelo Executivo. "Além disso, o preço proposto para os leilões em que os distribuidores compram energia não foram atrativos. As empresas ficaram expostas. Um conjunto de fatores negativos, somado à estiagem, trouxe esse cenário para o setor", completou